



ASBIN prepara ações em defesa dos servidores da Inteligência

Dirigentes nacionais decidem intensificar o trabalho da Associação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, além de trabalho parlamentar nos estados, em defesa de matérias de interesse dos servidores da Abin, como aprovação de lei que institua a Política Nacional de Inteligência, realização de concurso público para recomposição dos quadros da classe, reestruturação e valorização da carreira, além de mais investimento para a atividade de Inteligência.

Página 3



Campanha Salarial: reajuste segue indefinido

Governo vai receber entidades representativas dos servidores do Executivo a partir de setembro. Reajuste das carreiras deve entrar na Lei Orçamentária da União de 2016 .

Também em setembro, será realizada reunião para debater exclusivamente a transposição dos servidores reintegrados para o Regime Jurídico Único.

Página 3



NESTA EDIÇÃO

Ação de 3,17%

trâmite prossegue e está sendo realizado levantamento para localizar os que fazem parte da ação e tem direito aos valores devidos

Página 4

Concurso Público

Presidente da ASBIN defende recomposição do quadro de servidores da agência

Página 4





Por uma ASBIN forte e transparente!

Quando a atual diretoria assumiu a Associação, não imaginávamos o desafio que teríamos pela frente. Mas, a vontade de fazer e de respaldar os associados que nos confiaram seus votos, nos deu ainda mais forças para cumprir os objetivos que traçamos e para tornar cada vez maior e mais representativa a ASBIN.

A situação era lastimável, sem nenhum controle administrativo e financeiro e nenhuma transparência.

Começamos a organizar a casa e já é possível ver algumas mudanças importantes. Na parte administrativa, foi adotado um novo sistema de informática que permite maior controle financeiro e administrativo. Também iniciamos uma auditoria que nos deu o diagnóstico da Associação, e a realidade do que deve ser feito para projetar e realinhar nossa Entidade, para que cumpra seu principal objetivo: cuidar dos interesses coletivos dos associados.

Outras mudanças para fortalecer a



representatividade a atuação política da Entidade foram: contratação das assessorias Jurídica, Parlamentar e de Comunicação; elaboração diária de relatórios financeiros; registro e controle de patrimônio; acompanhamento de projetos em tramitação no Congresso Nacional de interesse dos servidores da Inteligência, dentre outros.

Estamos no caminho certo! Nosso trabalho e disposição de luta são para, junto à carreira, fortalecer a nossa representação, na busca de mais direitos e a valorização dos servidores da Inteligência.

Vamos juntos! Vamos em frente!

Por uma ASBIN forte e transparente!

A Diretoria

Agenda Parlamentar

Proposições de interesse da ASBIN

Organizações Terroristas

PL 2016/2015 – A proposta tipifica o crime de terrorismo e prevê pena de reclusão de 12 a 30 anos em regime fechado, sem prejuízo das penas relativas a outras infrações decorrentes desse crime. Terrorismo fica tipificado como a prática, por um ou mais indivíduos, de atos por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública e a incolumidade pública. A matéria vai para deliberação no Senado Federal.

Tramitação: O PL foi recentemente aprovado no Plenário na Câmara dos Deputados, onde tramitada em regime de Urgência e trancava a pauta de votações.

Controladoria das Atividades de Inteligência

PL 276/2011 – A matéria se encontra na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), e aguarda a apresentação de parecer pelo relator, deputado Major Olímpio (PDT-SP). Ainda deverá ser analisada pelas comissões de Relações Exteriores e de Defe-

sa Nacional (CREDN) e de Constituição, de Justiça e de Cidadania (CCJC – com parecer conclusivo).

A matéria possui 3 projetos apensados: PL 480/2011; PL 6832/2013; e PL 645/2015.

Controle da Atividade de Inteligência

PEC 67/2012 – Dispõe que a atividade de inteligência, que tem como fundamentos a preservação da soberania nacional, a defesa do Estado Democrático de Direito e da dignidade da pessoa humana, será exercida, por um sistema que integre os órgãos da Administração Pública direta e indireta dos entes federados; estabelece que a lei regulará a atividade de inteligência e suas funções, bem como a organização e funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência e seus mecanismos de controle interno e externo; define os órgãos que comporão o Sistema Brasileiro de Inteligência; estabelece que o controle e a fiscalização externos da atividade de inteligência serão exercidos pelo Poder Legislativo, com o auxílio do Conselho Nacional de Controle da Atividade de Inteligência; define a composição do Conselho Nacional de Controle da Atividade

de Inteligência; dispõe sobre o mandato dos Conselheiros; estabelece que a lei disporá sobre as atribuições e prerrogativas dos Conselheiros, estrutura e funcionamento do Conselho, bem como de sua organização, dotação orçamentária própria e pessoal.

Tramitação: A matéria que tramita do Senado Federal, aguarda a emissão de parecer do relator, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES). A matéria ainda deve ser deliberada em dois turnos no Plenário do Senado, antes de ser analisada pela Câmara dos Deputados.

Contribuição previdenciária dos inativos

A **PEC 555/2006**, de autoria do ex-deputado Carlos Motta, revoga o art. 4º da EC nº 41/2003, acabando com a cobrança de contribuição previdenciária incidente sobre os proventos dos servidores públicos aposentados. Desde 2010, foram apresentados quase 700 requerimentos, solicitando a inclusão da PEC 555/2006 na Ordem do Dia do Plenário.

Tramitação: A matéria já foi analisada na Comissão Especial e está pronta para inclusão na ordem do dia do Plenário da Câmara dos Deputados.

ASBIN mantém mobilização por reajuste da carreira

A ASBIN rejeitou a proposta de reajuste apresentada pelo governo por considerar insatisfatória, já que não recompõe as perdas inflacionárias dos servidores públicos federais, ocorridas nos últimos anos, nem a pauta específica da carreira. A Associação defende o percentual de 27,3% de reajuste, em um período inferior a quatro anos, como proposto pelo Ministério do Planejamento. O governo tem até 31 de agosto para apresentar o índice de recomposição para que seja incluído no orçamento de 2016.

Na primeira quinzena de agosto, o presidente da Associação, Carlos Terra Estrela, e demais entidades do grupo dos servidores da Inteligência, se reuniram com a Secretaria de Relações do Trabalho (SRT) do MPOG para tratar da pauta específica da carreira. O governo reafirmou a proposta geral de reajuste (rejeitada pela maioria das carreiras) – 21,3% dividido em quatro anos, mais aumento dos benefícios (auxílios alimentação, saúde e creche), e sinalizou que alguns pontos reivindicados serão tratados posteriormente. A ASBIN defende a exigência de nível superior para ingresso na carreira, tabela de transposição dos servidores e reintegração dos anistiados no Regime Jurídico Único (RJU). Este último será tratado em setembro.

Outro ponto defendido pela Entidade é a realização de concurso público, ainda em 2015, para recomposição do quadro de servidores da Agência Brasileira de Inteligência. “Hoje atuamos com uma grande defasagem no quadro de servidores”, criticou Carlos Estrela.

Segundo a secretária-adjunta da SRT/MP, Edina Lima, a Secretária de Gestão Pública (Segep) do MPOG já confirmou a realização de concurso



Presidente da Asbin em reunião do Ministério do Planejamento

para a ABIN, porém, não se sabe quantas vagas serão autorizadas pelo Planejamento.

Sobre a reestruturação da carreira, que é uma das principais reivindicações da ASBIN, o governo afirmou que não vai tratar nesse momento de questões que tem impacto orçamentário. “Todas essas questões batem em aumento de salário. Nesse momento a folha de pagamento está limitada”, disse a representante do MPOG.

ANISTIADOS

A SRT-MPOG também realizou reunião com os servidores anistiados para tratar da pauta da Campanha Salarial 2015. No encontro, o governo confirmou a realização de reunião em setembro para debater exclusivamente a transposição dos servidores reintegrados para o RJU. A ASBIN esteve mobilizada com o grupo e considera urgente a reintegração dos colegas.

Outro ponto destacado pelos dirigentes foi a garantia dos benefícios concedidos aos servidores regidos pelo RJU para que sejam estendidos aos reintegrados. O governo já vem discutindo a extensão desses benefícios, como diárias, gratificações de chefias, dentre outros. Sobre o anuênio, o governo disse não ter acordo para concessão.

Há também intenção de debater uma tabela única para os reintegrados com acréscimo de quatro padrões e progressão, mas a SRT informou que não há espaço nesse momento para essa discussão.

Sobre o reenquadramento dos servidores em desvio de função e definição de suas atribuições, o governo também sinalizou com a elaboração de um instrumento legal envolvendo o assunto.

Além da proposta apresentada, o governo reafirmou a possibilidade de, em 2017, retomar as negociações para avaliar a inflação e a situação econômica do país para saber se haverá ou não possibilidade de novo reajuste.

Para a ASBIN, o governo perde oportunidade de apresentar uma proposta que corrija as perdas inflacionárias dos servidores, além de não dar a devida valorização para a carreira de Inteligência.

“A proposta é insatisfatória e não foi apresentado nada novo. Esperávamos mais dessa reunião. Precisamos agora saber o sentimento da base sobre o que nos foi apresentado”, disse Carlos Estrela.

A ASBIN vai continuar mobilizada para exigir a necessária e justa valorização dos servidores da Agência, inclusive, a Associação está unida às diversas entidades representativas dos servidores do Executivo para que as propostas apresentadas pelas carreiras sejam atendidas.

Direções Políticas

Diretoria Executiva da ASBIN debate estratégias para atuação

A primeira reunião ordinária de 2015 da Diretoria Executiva da ASBIN foi realizada nos dias 4 e 5 de agosto, na sede da Associação, em Brasília. Diretores, conselheiros e delegados discutiram estratégias para as próximas ações da Entidade, visando o fortalecimento do trabalho parlamentar em defesa dos interesses da carreira no Congresso Nacional e a valorização dos servidores da Inteligência.

Os trabalhos foram coordenados pelo presidente Carlos Estrela e contou com exposição do professor e técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, Max Leno, que fez uma abordagem sobre a Campanha Salarial 2015 dos servidores públicos federais. “Um dos grandes gargalos não é o reajuste dos servidores”, disse o economista ao lembrar que o Brasil tem a maior taxa básica de juros do planeta e um dos maiores spread (lucro) bancário do mundo.

Segundo o economista, as negociações dos servidores com o governo estão mais acirradas que nos anos anteriores. As negociações continuam na Secretaria de Relações do Trabalho (SRT) do Ministério do Planejamento.

O debate também contou com apresentação do assessor parlamentar do Departamento Intersindical de Assuntos Parlamentares (Diap) e da Contatos Assessoria, André Santos, que

falou sobre as direções políticas e os projetos em tramitação no Congresso Nacional; e da advogada Zilmara Alencar, com palestra sobre representação sindical.

ATUAÇÃO POLÍTICA

Dentre as deliberações da reunião, os dirigentes decidiram intensificar o trabalho da Associação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, em defesa de matérias de interesse dos servidores da Abin, como aprovação de lei que institua a Política Nacional de Inteligência, realização de concurso público para recomposição dos quadros da classe, reestruturação e valorização da carreira, além de mais investimento para a atividade de Inteligência.

“O foco da nossa gestão é a retomada da nossa ASBIN. Eu acredito e lutarei para uma ASBIN forte e voltada para os interesses dos associados, que são a nossa razão de ser. Vamos trabalhar para uma Associação forte não só para o associado, mas, para os servidores da Inteligência e para toda a sociedade. Este é o caminho. Temos de buscar a unidade de pensamento”, disse o presidente Carlos Estrela, ao analisar os desafios da atuação da Entidade.

Outras ações estão sendo implementadas para o trabalho da Associação, que já conta com assessoria jurídica para ações coletivas e

individuais dos associados, assessoria de Comunicação para produção de jornal, site e materiais informativos, além de uma equipe preparada para atender os associados e as demandas internas da Entidade.

Por fim, os diretores presentes definiram que as ações serão realizadas não só na capital federal, mas, por cada representante nos estados que atuam, a realizar o trabalho de corpo a corpo com os associados e colegas de classe, além de buscar o apoio dos parlamentares nas proposições que a Entidade defende.



Diretoria discute atuação da entidade

Esclarecimentos sobre as execuções da ação de 3,17%

A ASBIN informa aos associados participantes das execuções da ação dos 3,17%, movida em favor dos filiados da Associação, que o trâmite prossegue e está sendo realizado levantamento para localizar os que fazem parte da ação e tem direito aos valores devidos, para, posteriormente, identificar esses valores.

A União defende a exclusão da GDI da base de cálculo, o que veio a ser acatado pelo Juízo da 9ª Vara Federal nos grupos R04 e R05, onde foi proferida sentença nos autos dos Embargos à Execução acolhendo os valores apresentados pela União.

A ASBIN interpôs recurso de apelação contra

essas sentenças, invocando a Jurisprudência do próprio TRF-1 que determina a inclusão das gratificações de desempenho na base de cálculo da defasagem remuneratória de 3,17%.

Fora o grupo R07, que foi deferido o pagamento dos valores incontroversos (aqueles que a União, já de início, reconheceu como devidos), existe requerimento pelo pagamento dos incontroversos em todos os demais grupos. Assim, a expectativa é que a decisão tomada no grupo R07 seja estendida aos demais.

Após finalizar o levantamento dos dados e a produção do relatório dos participantes das ações, a ASBIN vai entrar em contato com os associados para informar a sua situação.

Associado pode requerer saldo de licença prêmio em pecúnia

A ASBIN quer saber o interesse dos associados de mover ações individuais que visem a conversão em pecúnia do saldo de licença prêmio não gozado e não contado em dobro para aposentadoria, pois há possibilidade de proposições da demanda.

Pode requerer judicialmente o pedido de conversão deste período em pecúnia o servidor que possui saldo de licença prêmio e se aposentou ou esteja na ativa e não usufruiu de seu gozo ao argumento de necessidade do serviço, sendo certo o valor de uma remuneração para cada mês adquirido e não gozado.

A Associação já possui ação judicial coletiva para este fim. No entanto, preocu-

pada com a garantia do direito de maneira mais célere, a ASBIN abre a possibilidade de demandas individuais, pois possuem procedimento simplificado e o associado receberá as quantias com maior brevidade.

Desta forma, os associados que se encontram nesta situação devem manifestar interesse para a referida ação. Aqueles que residem em Brasília, podem comparecer à sede da Associação às quartas-feiras, de 9h às 12h. Os demais servidores devem entrar em contato pelos telefones (61) 3445-1997 (ASBIN) ou (61) 8181-2997 (Fernando Modesto – advogado responsável pelos atendimentos).



Convênios e parcerias

Já são mais de **300** convênios e empresas parceiras. Associe-se e aproveite todas as vantagens. Acesse nossa página na internet e confira todos os benefícios!



ASBIN defende realização de concurso público para Agência

O presidente da ASBIN, Carlos Estrela, em entrevista ao jornal Folha Dirigida, do Rio de Janeiro, defendeu a realização de concurso público para Agência Brasileira de Inteligência para recomposição do seu quadro de pessoal. “Lembro que os últimos concursos foram realizados em 2008 e 2010 e a situação vem se agravando a cada ano, em função do elevado número de aposentadoria requerida pelos servidores da Agência. Estamos trabalhando para que o processo seja realizado ainda em 2015. Nossa expectativa é que as 470 vagas solicitadas para a Agência sejam atendidas”, disse.

A ASBIN defende que todas as unidades da Agência no país precisam ser contempladas com pessoal, já que todas apresentam carência de servidores e precisam de recomposição dos quadros da Agência.

Consignado está suspenso apenas para servidores que recebem pelo Siape

A decisão dos bancos privados de suspender as operações de crédito consignado para servidores públicos não vai atingir a grande maioria dos servidores da Abin, pois a medida afeta apenas aqueles que recebem pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape). No caso da carreira da Inteligência, a maior parte está no Regime Jurídico Único (RJU).

A interrupção dos serviços bancários é em decorrência de denúncias de envolvimento da empresa Consist (Consist Business e SWR Informática) no esquema de corrupção da Lava Jato. A Consist era a responsável por fornecer o software para as averbações de empréstimo consignado e cartões de crédito.

BANCO ALFA

O Banco Alfa, parceiro da ASBIN, informa que todos os serviços estão em pleno funcionamento para os servidores da Abin. Quem já tem algum serviço contrato ou pretende buscar o crédito em nada será afetado.